Magno de Aguiar Maranhão

De um lado, um grupo pleiteia o acesso universal à educação como meio de diminuir desigualdades sociais; do outro estão os céticos, argumentando que de nada adiantaria escolarizar toda a população sem a adoção paralela de políticas que incentivem a geração de empregos e a desconcentração da renda. Mas, convenhamos: mesmo para participar dessa discussão, a educação se faz necessária. Impossível opinar sobre esse e tantos outros temas sem algum adestramento no hábito da leitura, da busca de informações e conexões. Ou seja, enquanto não garantirmos a todos um grau mínimo de escolaridade, que torne os cidadãos capazes, ao menos, de compreender a realidade que os afeta, a própria democracia, no Brasil, continuará uma abstração. Não só a renda, mas o poder _ e até o poder de se opor ao poder estabelecido _ seguirão nas mãos daqueles que detém o saber. Afinal, é com ele que tudo começa, e é através dele que tudo se transforma.

Enquanto a (boa) educação não for universalizada, poucos decidirão e debaterão por muitos. As relações de um povo deseducado com os diferentes níveis de governo serão sempre marcadas pela arbitrariedade ou pelo paternalismo, uma vez que é preciso constantemente convencer os pouco esclarecidos a aceitar medidas tomadas por quem, ao contrário deles, estudou e "sabe". Também as relações entre classes permanecerão tensas, alimentando, ad infinitum, os mais variados preconceitos presentes em nossa sociedade _ racial, cultural, religioso e por aí afora. Portanto, educação, sozinha, pode não gerar emprego, renda e desenvolvimento econômico. Mas promove o bem-estar, torna os cidadãos menos dependentes e mais aptos para advogar em causa própria e encontrar saídas para as suas dificuldades.

Na defesa da tese de que a democratização do acesso a todos os níveis de ensino seria capaz de acelerar o desenvolvimento brasileiro os pesquisadores, foram mais longe e apresentam dados que, segundo eles, revelam que 40 por cento das desigualdades sociais no país podem perfeitamente ser atribuídos às desigualdades educacionais _ a distância entre a renda de um analfabeto e de quem possui curso superior chega a 636 por cento. A diminuição do analfabetismo resultaria num aumento da ordem de 20 por cento da produtividade da mão de obra e um incremento de dois por cento no PIB. Claro, ainda teríamos que enfrentar o analfabetismo funcional e o emergente analfabetismo tecnológico, que inclui aqueles para quem computadores e Internet são coisa de outro planeta. E é impossível encarar um desafio desse porte sem o aumento dos investimentos na área educacional.

A teoria de que a educação é condição sine qua non para o crescimento de um país e de que a baixa escolaridade do povo tem reflexos profundos na sua economia foi formulada pelo economista americano Theodore Schultz em 1962. Na ocasião em que a sua teoria do capital humano começou a ser debatida não imaginávamos, pelo menos os leigos, que um dia viveríamos numa sociedade na qual o conhecimento é nossa única garantia e maior trunfo.

Mas a aceleração, a princípio tímida, do avanço científico e tecnológico ao longo do século XX já deixava claro que quem detivesse o conhecimento tomaria a direção. Quem o desprezasse, ficaria na carona. Para poder se adaptar, ainda, a todas as transformações advindas (em

especial na segunda metade do século) dos novos sistemas de governo que surgiram em todo o mundo, dos novos desenhos geográficos, dos novos interesses políticos, das novas demandas profissionais e de uma sociedade cada vez mais complexa, era óbvio que um país não poderia se dar ao luxo de desprezar seu potencial humano, deixando à margem do progresso a maior parte de sua população, como fez o Brasil, permitindo, inclusive, que justamente nessa fase decisiva sua rede pública de ensino entrasse em franca decadência.

É óbvio que educação, sozinha, não faz verão. Não agora, quando estamos entre as maiores economias do mundo. Não numa época em que os empregos formais ainda são minguados e que mesmo quem tem um alto nível de escolaridade não encontra espaço para mostrar sua competência profissional. Mas a educação, no sentido mais amplo da palavra, ensina a pensar, inventa caminhos, permite que o indivíduo se posicione dentro de um contexto. Se democratizarmos o acesso ao conhecimento, certamente democratizaremos a tomada de decisões e, em conseqüência, o bolo será mais bem repartido. Atrairemos investidores, pois eles não se assustarão com o baixo nível de escolaridade do trabalhador brasileiro, e novas oportunidades serão criadas. E, finalmente, multiplicaremos as chances de acabar com o fosso existente entre poucos beneficiados por uma educação de qualidade e os órfãos do sistema de ensino fosso que nossa entrada na era da informação apenas aprofundou.

Educador e Presidente da Associação de Ensino Superior do Rio de Janeiro